



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Diretoria de Documentação Judiciária  
**BIBLIOTECA**

# **INFORME** BIBLIOGRÁFICO

## **SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES**

**RECIFE**

**JANEIRO**

**2010**

## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 04/12/2009 – EXPEDIÇÃO: 06/12/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 856/843 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 49

### Sumário

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Cadastro Nacional de Adolescentes – Implantação .....855
- **STF:** Custas judiciais – Porte de remessa e retorno – Alteração .....855
- **STF:** Sessões do Plenário – *Quorum* e julgamento .....855
- **STF:** Instrução criminal – Delegação de poderes instrutórios .....854
- **TJ-RJ:** Processo eletrônico – Implantação .....854

#### ATOS INSTITUCIONAIS

- **ICM:** Dano ambiental: Processo e apuração .....853

#### DOCTRINAS

- Ahmadinejad e a questão nuclear global – **Francisco César Pinheiro Rodrigues** .....852
- Médicos ou deuses? – **Marcelo Di Rezende Bernardes** .....850
- O equívoco da base calculada do ISS – **Henrique Mello** .....849

#### ESTUDO DE CASOS

- Interrupção da prescrição – Momento .....848
- Rescisão contratual – Estabilidade provisória – Pré-aposentadoria .....847

#### NOTICIÁRIO

##### Destaques da semana .....844

- Direção + álcool: conduta não é suficiente para comprovar crime
- Governador do DF: OAB decide pelo pedido de *impeachment*
- Mensalão mineiro: STF aceita denúncia contra Eduardo Azeredo
- Reforma: Supremo pode fazer análise prévia do novo CPC
- Tempestividade: recurso pode ser interposto antes da publicação do acórdão
- Vídeo no *youtube*: comprador de Ferrari descobre vício oculto

##### Projetos de lei .....843

- Cadastro nacional de crianças desaparecidas poderá virar lei
- Comissão aprova licença-maternidade e paternidade para militar
- PEC dos precatórios vai para promulgação
- Regra sobre destinação de bens de contrabando

#### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 30-11 a 4-12-2009 .....843

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 04/12/2009 – EXPEDIÇÃO: 06/12/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 784/769 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 49

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Agravo de instrumento

- Pode o relator converter o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte grave lesão ou de difícil reparação.

##### Honorários de advogado

- Os juros moratórios incidem no cálculo dos honorários advocatícios a partir do trânsito em julgado do aresto ou da sentença em que foram fixados.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Alimentos

- O genitor não pode exigir, em nome próprio, a prestação de contas dos alimentos prestados contra a genitora, guardiã do menor.

##### Mútuo

- É válido o desconto do débito em folha de pagamento, sendo razoável, porém, que tal desconto seja limitado a 30% do salário bruto do devedor.

#### PENAL E PROCESSO

##### Crime falimentar

- A falta de livros obrigatórios só se traduz como conduta criminosa se ficar demonstrado que contribuiu para a ocorrência da quebra.

##### Júri

- O impedimento de um jurado não gera a nulidade do julgamento se não influir no resultado da votação.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Prescrição

- A ação movida pelo sindicato interrompe a prescrição relativamente aos pedidos formulados nesta ação quanto ao substituído.

##### Vale-Transporte

- A mera concessão do benefício em dinheiro não tem o condão de transmutar a natureza jurídica do vale-transporte.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Desembaraço aduaneiro

- É necessária a comprovação da intenção do agente de abandonar a mercadoria importada para se decretar a pena de perdimento.

##### Magistratura

- É devida a ajuda para custear as despesas de transporte e mudança, sem qualquer distinção, seja pela remoção *ex officio*, seja a requerimento do magistrado.

#### TRIBUTÁRIO

##### Crédito tributário

- O crédito fiscal da União prefere ao do INSS na presença de execução movida por ambas as partes, quando a penhora recair sobre o mesmo bem.

##### Execução fiscal

- Impugnada a avaliação, pelo executado, o Juiz, ouvida a outra parte, nomeará avaliador oficial para proceder a nova avaliação dos bens penhorados.

## INFORMATIVO

FECHAMENTO: 11/12/2009 – EXPEDIÇÃO: 13/12/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 870/857 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 50

### Sumário

#### ATOS DO JUDICIÁRIO

- STF: Súmulas Vinculantes 22, 23 e 24.....869

#### ATOS DO LEGISLATIVO

- Lei de locação: Aperfeiçoamento .....869
- Precatórios: novas normas.....868

#### ATOS INSTITUCIONAIS

- ANAC: embarque de passageiros – identificação em aeroportos brasileiros .....868

#### DOCTRINAS

- Mandado de Segurança preventivo e CPI estadual – É cabível autorização para quebra de sigilo anteriormente ao ato? – **Bruno Barata Magalhães** .....867
- STF fecha portas para recursos sobre repercussão geral – **Thomaz Thompson Flores Neto**.....866
- Teorias do Direito Penal: O que é a “Teoria da Tipicidade Conglobante”? – **Fernando Capez**.....865

#### ESTUDO DE CASOS

- Concurso público – Estatura mínima .....864
- Usucapião – Requisitos .....862

#### NOTICIÁRIO

- Destaques da semana .....859

- Acesso à internet: provedor deve requerer autorização prévia da ANATEL

- Caso Isabella: sangue usado em investigações é do casal Nardoni
- Demissão: banco indeniza advogado que não firmou alteração contratual
- Dia mundial contra a corrupção: vasto histórico de escândalos
- Entendimento jurisprudencial: ferramenta imprescindível para o advogado
- MP-GO: instituição abre inscrições para vaga de Promotor
- Numeração única: TRF-1ª implementa sistema em processos judiciais
- Potencial lesivo: arma usada em roubo não precisa de perícia
- Tecnologia 3G: serviço deficiente enseja rescisão de contrato
- Vigilância precária: donos são condenados por ataque de cães

#### Projetos de lei .....858

- Ampliação de beneficiários do Fies é aprovada
- Aprovada proposta que flexibiliza Lei de Responsabilidade Fiscal em 2009
- Comissão aprova vale-transporte para estagiários
- PEC que facilita divórcio é aprovada em primeiro turno
- Proibição de conteúdo para concurso além do exigido para o cargo

#### SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 7-12 a 11-12-2009.....857

## JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 11/12/2009 – EXPEDIÇÃO: 13/12/2009 – ANO 29 – 2009 – PÁGINAS: 800/785 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 50

### TEMAS EM DESTAQUE

#### PROCESSO CIVIL

##### Ação de prestação de contas

♦ Assiste legítimo interesse ao correntista para propor ação de prestações de contas quando, recebendo extratos bancários, discorde dos lançamentos deles constantes.

##### Apelação

♦ A aplicação da Teoria da Causa Madura pressupõe prévia cognição exauriente, de sorte que a pretensão do retorno dos autos à instância *a quo* revela notória inutilidade.

#### CIVIL E COMERCIAL

##### Associação de moradores

♦ Se os não associados não podem ser compelidos ao pagamento de taxas de serviço e manutenção do loteamento, pelo mesmo motivo não devem ser obrigados a arcar com o valor de obras nele realizadas.

##### Interdição

♦ Eventuais prejuízos materiais advindos do estado de incapacidade do interdito que, ao tempo em que entabulados negócios, não tinha esse *status*, devem ser perseguidos em demanda própria.

#### PENAL E PROCESSO

##### Carta rogatória

♦ A expedição de carta rogatória para oitiva de testemunhas residentes no exterior condiciona-se à demonstração da imprescindibilidade da diligência e ao pagamento prévio das respectivas custas.

##### Conexão

♦ O *habeas corpus* não é a via adequada para se constatar a conexão dos processos, por implicar análise dos fatos e provas, impossível na via estreita do *writ*.

#### TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

##### Assédio moral

♦ O rebaixamento funcional ocorrido somente com o reclamante para o mais baixo cargo técnico da empresa, ainda que sem alteração salarial, configura assédio moral.

##### Comissão de conciliação prévia

♦ Não há como limitar os efeitos liberatórios do termo de conciliação firmado perante a comissão de conciliação prévia quando não há nele qualquer ressalva expressa.

#### CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

##### Desapropriação

♦ A pendência de ação judicial, versando sobre o domínio de área expropriada, impede o levantamento dos valores depositados a título de indenização e de honorários advocatícios.

##### Meio ambiente

♦ Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

#### TRIBUTÁRIO

##### Certidão de dívida ativa

♦ Tribunal estadual tem competência para aferir de ofício a validade formal do título executivo, inexistindo norma jurídica que se lhe obrigue a determinar a substituição do título em segundo grau de jurisdição.

##### Execução fiscal

♦ A reunião de processos contra o mesmo devedor por conveniência da unidade da garantia da execução, nos termos do artigo 28 da Lei 6.830/80, não é um dever do Juiz, e sim uma faculdade.

ANO XXVI

Nº 1

JANEIRO

2010

ISSN 1981-5522

PUBLICAÇÃO MENSAL



**BDA**

**BOLETIM DE  
DIREITO ADMINISTRATIVO**

**DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS (Kiyoshi Harada) .....	1
OMISSÕES ADMINISTRATIVAS E CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE (Reinaldo Pereira e Silva) .....	3
REGISTRO DE CANDIDATURA: ELEMENTO QUE INTEGRA O CONCEITO DE TÍPICIDADE DA PROPAGANDA ELEITORAL FORA DO PRAZO OU EXTEMPORÂNEA (Jorge Gaidarji) .....	27
A EFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS POR MEIO DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: A EXISTÊNCIA DE UM DIREITO FUNDAMENTAL (Bettina Augusta Amorim Bulzico e Eduardo Biacchi Gomes) .....	33
BOLSA DE ESTUDOS NO EXTERIOR – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Descumprimento da Obrigação de Permanência no Brasil após a Conclusão dos Estudos – Não-Exercício de Atividade Ligada aos Estudos Custeados por Período Igual ao de Duração da Bolsa – Contas Irregulares – Imputação de Débito (Tribunal de Contas da União) ....	45
SERVIDOR PÚBLICO – Atitudes Supostamente Agressivas e Desrespeitosas perante Médicos Peritos – Não-Ocorrência – Inexistência de Violação ao Disposto no Art. 116, XI, da Lei nº 8.112/90 (Tribunal de Contas da União) .....	50
CONVÊNIO – Pagamento de Despesas – Taxa de Coordenação – Irregularidades – Solidariedade com o Agente Público Signatário do Ajuste – Recolhimento do Débito por um dos Devedores – Baixa Materialidade – Contas Regulares com Ressalva (Tribunal de Contas da União) .....	57
HEMODERIVADOS – Aquisição – Procedimentos Licitatórios – Caracterização do Objeto – Possibilidade de Especificação sem Risco de Direcionamento do Certame – Deficiência e Excesso que Devem Ser Evitados – Melhor Planejamento das Compras – Adoção de um <i>Pool</i> de Fornecedores – Questão do Desabastecimento (Tribunal de Contas da União) .....	64

## JURISPRUDÊNCIA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Procuradores de Justiça – Atuação perante o Tribunal de Contas Estadual – Ofensa à Constituição – Determinação do Imediato Retorno às Funções Próprias do <i>Parquet</i> Estadual – Denúncia Anônima – Irrelevância – Fato Público e Devidamente Comprovado .....	73
SERVIDOR PÚBLICO – Estágio Probatório – Avaliação – Competência – Superior Hierárquico Imediato .....	78
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Danos Morais – Caracterização – Detento – Condições Precárias da Carceragem – Princípio da Reserva do Possível ou Insuficiência de Recursos – Inviabilidade da Invocação nas Situações Previstas no Art. 37, § 6º, da CF – Indenização Devida	85
LICENÇA-PATERNIDADE – Adoção de Menor – Faltas – Indeferimento do Pedido de Abono – Inadmissibilidade – Direito à Licença, de Cinco Dias Consecutivos, a Partir do Trânsito em Julgado da Sentença de Adoção – Exclusão das Ausências do Assentamento Funcional .....	92
MEIO AMBIENTE – Infração Administrativa – Lacuna na Legislação Ambiental – Retroatividade da Lei Mais Benéfica em Detrimento da Vigente à Época da Autuação – Interpretação Extensiva – Aplicação dos Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade – Ausência de Dano Ambiental – Dosimetria da Pena – Observância da Capacidade Financeira da Empresa Infratora .....	96
POLICIAL MILITAR – Reserva Remunerada – Convocação ao Corpo de Voluntários – Retorno ao Serviço Ativo – Direito a Férias e à Gratificação Natalina .....	101
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – Construção de Imóvel Residencial – Inexistência de Danos Ambientais Significativos – Local Degradado Há Anos – Ausência de Mata Ciliar – Princípio da Razoabilidade – Manutenção da Obra .....	104
TERRAS INDÍGENAS – Servidão de Passagem – Fornecimento de Energia Elétrica – Manutenção da Rede Prestadora de Serviço – Acesso de Prepostos e Funcionários à Reserva – Inexigibilidade de Autorização Formal e Expressa da Funai – Utilização, pelos Silvícolas, da Energia Elétrica – Licitude da Cobrança dos Créditos Legítimos – Imposição de Treinamento e Contratação de Nativos para Reparos nas Instalações que Servem à Comunidade – Ausência de Amparo Legal .....	109
UNIVERSIDADE FEDERAL – Políticas Afirmativas – Sistema de Cotas – Critério Social e Racial – Admissibilidade – Existência de Base Legal – Autonomia Universitária – Considerações	112

## ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL



---

# Fórum de Direito Urbano e Ambiental

---



ISSN 1676-6962

# Sumário

## DOCTRINA

### Artigos

Proposta para implantação do mercado de <i>commodities</i> ambientais no grande recôncavo baiano <b>Jorge Bandeira, Euridice Almeida Lino, José Augusto Peixoto Saraiva, Amyra El Khalili</b> .....	7
Meio ambiente e cultura no Estado Democrático de Direito – Algumas digressões e reflexões <b>Bruno Campos Silva</b> .....	15
Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios como instrumentos de execução da política urbana <b>Camila Maia Pyramo Costa</b> .....	24
O direito à continuidade das políticas públicas <b>Edésio Fernandes, Helena Dolabela</b> .....	36
Mecanismos de garantia da qualidade de produtos orgânicos no ordenamento jurídico brasileiro <b>Edson Ferreira de Carvalho</b> .....	43
Caça: celeuma brasileiro e português <b>Helena Telino Neves</b> .....	51
Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios no Plano Diretor de Belém (Lei nº 8.655 de 30 de julho de 2008) <b>Maurício Leal Dias</b> .....	63
Da constitucionalidade de normas urbanísticas assecuratórias do uso gratuito de vagas de estacionamento <b>Patrícia Marques Gazola</b> .....	69
Tutela penal do meio ambiente: proteção penal dos bens jurídicos coletivos <b>Sabrina Sampaio Santiago Lelles e Souza</b> .....	78

### Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

Certificação de embalagens utilizadas para transporte terrestre de produtos perigosos <b>Juliana Koeppel</b> .....	85
Aplicabilidade das Normas Regulamentadoras do Trabalho nºs 10, 18 e da RTP Fundacentro nº 5 às obras necessárias para implantação de novo empreendimento <b>Helena Mata Machado de Castro, Renata Cassimiro Libânio</b> .....	90

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Acórdãos na Íntegra

<b>Superior Tribunal de Justiça</b> Ambiental. Área de Preservação Permanente. Mata ciliar. Corte. Art. 2º do Código Florestal. Mata Atlântica. Decreto 750/93. Supressão de vegetação em violação aos termos da licença ambiental expedida. Recurso Especial nº 176.753/SC .....	95
<b>Tribunal Regional Federal da 1ª Região</b> Desocupação de área dentro de Parque Nacional – CF, art. 225, § 1º, III – Decreto 97.656/89 – Comprovação de dano ao meio ambiente – Princípio da precaução. Apelação Cível nº 2000.36.00.001021-5/MT .....	99
<b>Tribunal Regional Federal da 4ª Região</b> Extração mineral em Área de Preservação Permanente – DNPM – Danos – Prejuízos ambientais – Comprovação – Necessidade de recuperação da área atingida. Apelação Cível nº 2007.71.07.000584-8/RS .....	104
<b>Tribunal Regional Federal da 5ª Região</b> Construção de condomínio – Duna – Área de preservação – Possibilidade de utilização da área – Prévio EIA/RIMA – Área urbanizada – Dano e risco ao meio ambiente – Inexistência – Laudo pericial – Validade dos licenciamentos – Regularidade da obra. Apelação Cível nº 410957/RN .....	108
<b>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná</b> Dano Infecto – Aterro sanitário municipal – Preliminar de inadequação da via eleita – Impossibilidade – Arguição de invalidade da prova pericial e violação da ampla defesa – Inocorrência de ofensa ao princípio da soberania do interesse público sobre o privado. Apelação Cível e Reexame Necessário nº 462244-6 .....	112

### Ementário

Ação civil pública .....	119
Ação popular .....	123
Administrativo .....	123

Aterro sanitário .....	125
Crime ambiental .....	126
Dano ambiental .....	128
Licenciamento ambiental .....	128
Preservação permanente .....	129
Processual civil .....	130
Resíduos especiais .....	131
Responsabilidade civil .....	131
Tombamento .....	132

### **Tendências Jurisprudenciais**

Ação civil pública .....	133
Crime ambiental .....	134
Dano ambiental .....	134
Licenciamento ambiental .....	134
Processual civil .....	135
Tombamento .....	135

### **LEGISLAÇÃO**

#### **Informativo de Legislação**

Decreto nº 7.008, de 12 de novembro de 2009 (DOU 13.11.2009) .....	137
Decreto nº 6.992, de 28 de outubro de 2009 (DOU 29.10.2009) .....	137
Decreto nº 6.985, de 20 de outubro de 2009 (DOU 20.10.2009 – Ed. Extra) .....	141
Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009 (DOU 14.10.2009) .....	141

<b>ÍNDICE</b> .....	143
---------------------	-----

<b>INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES</b> .....	147
---	-----



# Interesse Público

Ano XI - 2009 - Nº 58

## Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,  
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

Prof. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)

Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)

Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)

Dr. Cezar Miola (Conselheiro do TCE/RS)

Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)

Prof. Cezar Britto (Presidente do Conselho Federal da OAB)

Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)

Prof. Fabrício Motta (IGDA)

Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)

Prof. Germana de Oliveira Moraes (UFC)

Prof. Heleno Taveira Tôrres (USP)

Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)

Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)

Prof. Igor Danilevich (UFRGS e PUCRS)

Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)

Ministro José Augusto Delgado (STJ)

Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)

Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)

Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)

Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)

Prof. Paulo Affonso Leme Machado (UNIMEP)

Prof. Paulo Bonavides (UFC)

Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)

Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)

Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)

Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)

Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

## Coordenador-Geral

Prof. Alexandre Pasqualini

(IDARGS, AJURIS)



**SEÇÃO DE ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO,  
PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL**

**Doutrina**

O regime jurídico das organizações sociais e a sua contratação pelo Poder Público mediante dispensa de licitação <b>Romeu Felipe Bacellar Filho</b> .....	11
Sobre um aspecto do princípio da igualdade: a mesmidade da situação jurídica estatutária dos servidores públicos e seus reflexos na coisa julgada <b>Sergio de Andréa Ferreira</b> .....	31
Registro cadastral e eficiência na atividade contratual da Administração Pública <b>Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti</b> .....	51
Reserva legal e sua averbação no dia 11 de dezembro de 2009: ilegalidade da exigência <b>João Eduardo Lopes Queiroz</b> .....	91
O direito fundamental ao <i>debate</i> no processo administrativo disciplinar <b>Luis Manuel Fonseca Pires</b> .....	105
O direito subjetivo à nomeação dos concursados aprovados e os limites de despesas com pessoal <b>Noel Antonio Tavares de Jesus</b> .....	117
O direito fundamental à boa administração e o princípio da publicidade administrativa <b>Julio Cesar Finger</b> .....	133
Regime jurídico da reclamação administrativa na Administração Pública federal <b>Vladimir da Rocha França</b> .....	145
A inexistência de improbidade administrativa na modalidade culposa <b>Marcelo Harger</b> .....	165

**SEÇÃO DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Doutrina**

Estudo de Direito Comparado sobre o instituto da substituição tributária <b>Leandro Paulsen</b> .....	183
--	-----

## SEÇÃO DE DIREITO MUNICIPAL

### Doutrina

Bombeiros voluntários Sívio Dobrowolski .....	219
--	-----

## SEÇÃO DE TRIBUNAIS DE CONTAS (CONTROLE EXTERNO)

### Doutrina

Um breve diagnóstico sobre a utilização do termo de ajustamento de gestão pelos Tribunais de Contas estaduais Daniela Zago Gonçalves da Cunda .....	243
--	-----

## SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Acórdão na íntegra - STF .....	253
Acórdão na íntegra - TRF 2ª Região .....	269
Ementário .....	275

### Direito Tributário

Acórdão na íntegra - STJ .....	289
Acórdão na íntegra - TRF 1ª Região .....	295
Ementário .....	299

### Direito Municipal

Acórdão na íntegra - STJ .....	305
Ementário .....	311

### Tribunais de Contas (Controle Externo)

Ementário .....	327
-----------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	333
-----------------------------------	-----



Estado do Rio Grande do Sul  
Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça



**AJURIS**  
Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

# MULTI JURIS

## Primeiro Grau em Ação

ANO IV - NÚMERO 8 - DEZEMBRO 2009

### Entrevista

Eliane Garcia Nogueira  
Juíza-Corregedora

### Artigos Interdisciplinares

Valorização, reconhecimento, recompensas – indispensáveis na gestão de pessoas

Mediação comunitária: um projeto em ação

Apontamentos sobre comunicação verbal e não verbal

Processo Judicial Eletrônico – Tecnologia da Informação e Comunicação

### Reflexões

A Justiça do século XXI

### Práticas Inovadoras

O terceiro turno alternativo de trabalho

A minha experiência no Instituto Psiquiátrico Forense – itinerário para desconstrução do Instituto Psiquiátrico Forense do Rio Grande do Sul

Das centrais de conciliação e de mediação

O juiz de primeiro grau e a administração do Tribunal de Justiça – da criação do CONAD ao surgimento do Projeto Planejando o Judiciário

### Sentenças cíveis e criminais

## Entrevista

Eliane Garcia Nogueira  
Juíza-Corregedora

4



## Práticas Inovadoras

O terceiro turno alternativo de trabalho

Antonio Vinicius Amaro da Silveira

8

Das centrais de conciliação e de mediação

Clóvis Moacyr Mattana Ramos

21

A minha experiência no Instituto Psiquiátrico  
Forense – itinerário para desconstrução do  
Instituto Psiquiátrico Forense do Rio Grande do Sul

15

Clademir José Ceolin Missaggia

O juiz de primeiro grau e a administração do  
Tribunal de Justiça – da criação do CONAD ao  
surgimento do Projeto Planejando o Judiciário

28

Sergio Fernando Tweedie Spadoni

## Artigos Interdisciplinares

Valorização, reconhecimento, recompensas –  
indispensáveis na gestão de pessoas

Andréa Rezende Russo

Maria Elisa Bastos Macieira

30

Apontamentos sobre  
comunicação verbal e não-verbal

Marcelo Spalding Verdi

Saara Häuber

46

Mediação comunitária: um projeto em ação

Genacéia da Silva Alberton

José Luis Bolzan de Moraes

Rosana Broglio Garbin

39

Processo Judicial Eletrônico – Tecnologia  
da Informação e Comunicação

52

Eduardo Arruda



## Sentenças Cíveis

Alimentos postulados por genitor. Prévio processo de investigação de paternidade, no qual ocorreria resistência do ora autor. Reciprocidade da obrigação alimentar inexistente no caso. Assistência judiciária gratuita revogada, em face da reconhecida litigância de má-fé do demandante. Sentença improcedente.

Eduardo Augusto Dias Bainy **70**

Entidade familiar decorrente de união homoafetiva. Possibilidade jurídica da pretensão. Declaração de maternidade/filiação socioafetiva independente de adoção. Reconhecimento de filhos pela companheira da mãe biológica com base na maternidade/filiação socioafetiva, sem necessidade do procedimento da adoção. Decisão de procedência.

Cairo Roberto Rodrigues Madruga **81**

Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT). Ilegalidade da Cessão de Crédito. Nulidade absoluta por afronta à lei de regência (6.194/74) e ao CCB/02. Ilegitimidade ativa do cessionário. Extinção do processo, sem resolução de mérito.

Carlos Alberto Ely Fontela **89**

## Sentenças Criminais

Dosimetria da pena. Pena base. Inconstitucionalidade da consideração de antecedentes aos fins de exasperação da reprimenda. Conduta social e comportamento que não podem ser aquilatados pelo julgador para fins de dosimetria da pena. Orientação doutrinária. Pena provisória. Agente miserável, desempregado, sem instrução, filho de mãe analfabeta. Princípio da Co-culpabilidade. Afastamento da Súmula 231, do STJ. Pena provisória aquém do mínimo legal. Afastamento da indenização civil. Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 387, IV, do CPP, redação outorgada pela Lei nº 11.719/2008. Afronta aos princípios da congruência, do devido processo legal e da duração razoável do processo.

Roberto Coutinho Borba **94**

## Reflexões

Responsabilidade civil objetiva: "perda de uma chance" e concorrência de culpas. Plano de saúde. Erro médico. Infecção de tecido necrosado. Danos estéticos e danos morais. Culpa da vítima que, embora evidenciada, não obsta a perquirição da "ação" da entidade ré no desdobramento fático.

Ação julgada parcialmente procedente, para reconhecer a culpa concorrente da entidade ré e condená-la ao pagamento de danos patrimoniais e extrapatrimoniais (morais e estéticos).

**72** Angela Roberta Paps Dumerque

Ação coletiva de consumo. Interesses Individuais homogêneos. Legitimação do Ministério Público. Propaganda enganosa. Contrato de serviços de televisão por assinatura (pay-per-view). Vinculação do fornecedor aos serviços oferecidos, especialmente quando apresenta propaganda defeituosa sobre a quantidade de jogos de futebol a serem transmitidas. Interpretação mais benéfica ao consumidor, entendendo-se que todos os jogos seriam transmitidos. Procedência da demanda. Reparação pelos danos materiais e morais individualmente considerados.

**84** Giovanni Conti

A Justiça do século XXI  
**102** Giovanni Conti





Revista  
**Bonijuris**  
JANEIRO/10

**ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR**

Pág. XXI

Débito Alimentar - Transferência de  
Cota de Imóvel para Alimentado (STJ)Desavença Entre Síndico e Condômino  
- Correspondência que se Tornou Pública (TJ/RS)Execução contra Empresa - Inexistência  
de Bens - Mudança de Endereço (STJ)Crime Tributário - Pendência de Processo  
Administrativo Tributário (STF)Curso de Especialização - Financiamento pelo  
Empregador - Permanência no Emprego (TST)Concurso Público - Pessoa Portadora  
de Deficiência (TRF/1a. Reg.)CREA - Cobrança de Taxa - Anotação de  
Responsabilidade Técnica (TRF/4a. Reg.)**LEGISLAÇÃO**

Pág. LI

Lei nº 12.111/09 - Serviço de Energia Elétrica  
- Sistemas Isolados**DOCTRINA****A NOVA SISTEMÁTICA LEGAL DO MANDADO DE SEGURANÇA  
(LEI 12.016, DE 7.8.2009) E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO DO  
TRABALHO – PARTE I**Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante  
Francisco Ferreira Jorge Neto  
Carlos Augusto de Assis  
Pág. V**AUDIÊNCIA PRELIMINAR: MEIO EFICIENTE DE AGILIZAÇÃO DA  
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**Accácio Cambi  
Pág. X**CONFISSÃO ESPONTÂNEA COMO CAUSA DE DIMINUIÇÃO  
DE PENA**Idílio Teixeira da Silva  
Pág. XIII**PRINCIPAIS AÇÕES DE CONDOMÍNIO EM JUIZADOS**Dário Corrêa Filho  
Pág. XVII**ESTADO INTERVENCIONISTA E INTERVENÇÃO NA ATIVIDADE  
ECONÔMICA**Lediane Rano Fernandes da Silva  
Pág. XVIII

**DOCTRINA**

**A Nova Sistemática Legal do Mandado de Segurança (Lei 12.016, de 7.8.2009) e sua Aplicação ao Processo do Trabalho – Parte I** ..... 05  
*Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante*  
*Francisco Ferreira Jorge Neto*  
*Carlos Augusto de Assis*

**Audiência Preliminar: Meio Eficiente de Agilização da Prestação Jurisdicional** ... 10  
*Accácio Cambi*

**Confissão Espontânea como Causa de Diminuição de Pena** ..... 13  
*Idúlio Teixeira da Silva*

**Principais Ações de Condomínio em Juizados** ..... 17  
*Dário Corrêa Filho*

**Estado Intervencionista e Intervenção na Atividade Econômica** ..... 18  
*Lediane Rano Fernandes da Silva*

**ACÓRDÃO EM DESTAQUE**

Precatório - Atraso no Pagamento - Sequestro de Verba Pública - Possibilidade (STJ). 22

**INTEIRO TEOR**

Débito Alimentar - Transferência de Cota de Imóvel para Alimentado (STJ) ..... 26

Desavença entre Síndico e Condômino - Correspondência que se Tornou Pública (TJ/RS).. 28

Execução contra Empresa - Inexistência de Bens - Mudança de Endereço (STJ) ..... 29

Crime Tributário - Pendência de Processo Administrativo Tributário (STF) ..... 31

Curso de Especialização - Financiamento pelo Empregador - Permanência no Emprego (TST) . 32

Concurso Público - Pessoa Portadora de Deficiência (TRF/1a. Reg.) ..... 35

CREA - Cobrança de Taxa - Anotação de Responsabilidade Técnica (TRF/4a. Reg.) ... 37

**EMENTÁRIO**

Civil - Comercial ..... 39

Imobiliário ..... 40

Processo Civil ..... 42

Penal - Processo Penal ..... 44

Trabalhista - Previdenciário ..... 45

Administrativo - Constitucional ..... 47

Tributário ..... 49

**LEGISLAÇÃO**

Lei nº 12.111/09 - Serviço de Energia Elétrica - Sistemas Isolados ..... 51

**COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS**

**A Recuperação de Empresas e a Responsabilidade Trabalhista** ..... 55  
*Felipe Siqueira de Queiroz Simões*

**EVENTOS/NOTÍCIAS** ..... 58

**REPOSITÓRIO AUTORIZADO**

TST Nº 24/2001  
STF Nº 34/2003  
STJ Nº 56/2005

**COEDIÇÃO:**

AMAPAR - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ  
AMC - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES  
AMATRA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO - IX E XII

Revista Bonijuris

ISSN 1809-3256

Qualis C – Capes

Ano XXII - Nº 554

Edição Mensal - Janeiro/10

Editor

Jornalista Arnaldo Anater

(in memoriam)

**INSTITUTO DE PESQUISAS JURÍDICAS BONIJURIS**

R. Marechal Deodoro, 344 - 3º and. - CEP 80010-010 - Curitiba - PR

[www.bonijuris.com.br](http://www.bonijuris.com.br)

Administrativo/Comercial

Fone-fax: (41) 3323-4020

[bonijuris@bonijuris.com.br](mailto:bonijuris@bonijuris.com.br) / [comercial@bonijuris.com.br](mailto:comercial@bonijuris.com.br)

**Suporte Técnico**

Fone: (41) 3233-7548 - [www.novacorp.com.br](http://www.novacorp.com.br)

Jurídico - Pesquisa - Serviços de Apoio

Fone: (41) 3322-3835 - [juridico@bonijuris.com.br](mailto:juridico@bonijuris.com.br)

---

# REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO RBDP

---



ISSN 1678-7072

R. bras. de Dir. Público - RBDP	Belo Horizonte	ano 7	n. 27	p. 1-248	out./dez. 2009
---------------------------------	----------------	-------	-------	----------	----------------

# Sumário

## DOCTRINA

### Artigos

Urgência e relevância – Discricionariedade – A contribuição do STF para a permanência do “Cavalo de Tróia” dentro do Estado de Direito

**José Sérgio Monte Alegre** ..... 9

- 1 Introdução..... 9
- 2 A discricionariedade enquanto capacidade de precisar uma noção que na lei restou imprecisa ..... 11
- 3 A capacidade de precisar o significado de expressões imprecisas na lei, enquanto conceitos jurídicos indeterminados como técnica distinta da discricionariedade ..... 20

Relações entre a Advocacia-Geral da União e as agências reguladoras federais

**Gustavo Binenbojm** ..... 27

- 1 Introdução – *O caso da publicidade de bebidas alcoólicas: um estudo de caso sobre as relações entre a AGU e as agências reguladoras federais* ..... 27
- 2 A tese jurídica em questão – Limites ao poder normativo da ANVISA: reserva e precedência de lei ..... 30
- 3 A eficácia do parecer da AGU ..... 35
- 4 Conclusões: proposições objetivas ..... 41

A recomposição da equação econômico-financeira do contrato administrativo em face do incremento dos encargos salariais

**Fernando Vernalha Guimarães** ..... 43

- 1 Introdução..... 43
- 2 A positivação da teoria da intangibilidade da equação econômico-financeira do contrato administrativo ..... 44
  - 2.1 O acolhimento do princípio da intangibilidade da equação econômico-financeira pela Constituição Federal ..... 46
  - 2.2 A disciplina legal da tutela da equação econômico-financeira do contrato administrativo ..... 47
    - 3 A disciplina específica prescrita pela Lei nº 8.666/93..... 47
      - 3.1 A exegese do dispositivo da alínea “d” do inciso II do artigo 65..... 48
        - 3.1.1 Existência de fato superveniente (ou de conhecimento superveniente às partes contraentes) ao momento de propositura das propostas na esfera da licitação ..... 49
        - 3.1.2 Existência de prejuízos de repercussão econômica ocasionados pelo fato superveniente a uma das partes contraentes ..... 50
        - 3.1.3 Ausência de responsabilidade-culpa da parte agravada quanto à ocorrência do fato ..... 51
        - 3.1.4 Imprevisibilidade do evento superveniente (ou de conhecimento superveniente) ou imprevisibilidade de suas consequências ou da dimensão de duas consequências..... 51

3.1.5	Rejeição da onerosidade excessiva como pressupostos à tutela da equação econômico-financeira do contrato.....	52
3.1.6	Síntese dos pressupostos à tutela do equilíbrio contratual .....	55
4	A hipótese de reajustes salariais como eventos hábeis a provocar o dever de recomposição da equação econômico-financeira.....	56
4.1	A orientação do Tribunal de Contas da União sobre a questão.....	57
4.1.1	O reajuste salarial não reflete necessariamente a recomposição inflacionária.....	59
4.1.2	Impossibilidade material em prever-se a variação do reajuste salarial.....	61
4.1.3	Inviabilidade de equiparação da variação salarial decorrente de acordos coletivos ao instrumento jurídico do reajuste.....	62
4.1.4	Os reajustes salariais não estão incorporados nos índices de reajustamento comumente utilizados na contratação administrativa .....	64
4.1.5	Impraticabilidade de operar, na hipótese, os critérios fixados pelo inciso XI do artigo 40 da Lei nº 8.666/93.....	65
4.1.6	Os efeitos decorrentes do acolhimento da tese do TCU.....	65
5	Conclusões .....	66

### Consenso e legalidade: vinculação da atividade administrativa consensual ao Direito

<b>Vitor Rhein Schirato, Juliana Bonacorsi de Palma</b> .....	67	
1	Delimitando o paradigma da imperatividade .....	67
1.1	A alteração do caráter autoritário da atuação administrativa .....	67
1.2	A publicização do Direito Privado e a privatização do Direito Público .....	70
2	Mecanismos da administração consensual.....	72
3	Atos administrativos bilaterais.....	77
3.1	Uma advertência prévia: a questão da nomenclatura.....	77
3.2	Os atos administrativos bilaterais .....	79
3.3	Natureza jurídica dos atos administrativos bilaterais .....	81
3.4	Os contratos administrativos no Direito alemão.....	83
4	Indisponibilidade do interesse público e supremacia do interesse público sobre o interesse particular.....	85
5	Consensualismo e o princípio da legalidade.....	86
5.1	A vinculação da Administração à lei e os limites da adoção de mecanismos consensuais .....	86
5.2	Discrecionariade ou vinculação na adoção de mecanismos consensuais .....	89
6	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RE nº 235.885/STF).....	90
	Referências .....	91

### O Ministério Público na Constituição de 1988: avaliação sobre o seu papel no controle da legalidade administrativa

<b>Carlos Augusto Alcântara Machado</b> .....	95
---	----

### Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor (CDC): limites e possibilidades

<b>Rafael Carvalho Rezende Oliveira</b> .....	111	
1	Apresentação do tema.....	111
2	A expressão "serviço público" e sua evolução .....	111

2.1	O serviço público na França: origem do instituto .....	112
2.2	<i>As public utilities</i> e o sistema da <i>common Law</i> .....	114
2.3	Os “serviços de interesse econômico geral” ou “serviços universais” na União Europeia .....	115
2.4	A crise permanente do serviço público e suas tendências .....	115
2.5	O serviço público no direito brasileiro .....	116
3	Princípios dos serviços públicos .....	119
3.1	Princípio da continuidade .....	120
3.2	Princípio da igualdade ou uniformidade ou neutralidade .....	121
3.3	Princípio da mutabilidade ou atualidade .....	121
3.4	Princípio da generalidade ou universalidade .....	121
3.5	Princípio da modicidade .....	122
4	Classificações .....	122
4.1	<i>Uti universi</i> e <i>uti singuli</i> .....	123
4.2	Federais, estaduais, distritais, municipais e comuns .....	124
4.3	Administrativos, comerciais (ou industriais) e sociais .....	125
4.4	Essenciais e não essenciais .....	126
4.5	Próprios e impróprios (virtuais) .....	127
4.6	Inerentes e por opção legislativa .....	127
5	Serviços públicos e o CDC .....	128
6	Estado como consumidor .....	133
7	Conclusões .....	135

#### A relatividade da distinção atividade-fim e atividade-meio na terceirização aplicada à Administração Pública

<b>Flávio Amaral Garcia</b> .....	137	
1	O critério atual .....	137
2	O critério atividade meio/fim tem sede normativa? .....	138
3	A Justiça do Trabalho como responsável pela fixação do critério .....	139
4	As cinco reflexões .....	141
4.1	A primeira reflexão: a incompetência da Justiça do Trabalho para fixar o critério .....	141
4.2	A segunda reflexão: terceirização x delegação .....	144
4.3	A terceira reflexão: como diferenciar atividade-meio de atividade-fim? .....	145
4.4	A quarta reflexão: o descompasso entre o critério atividade-meio e fim e o mundo dos fatos .....	150
4.5	A quinta reflexão: a confusão entre terceirização integral da atividade-fim e terceirização parcial da atividade-fim .....	152
5	A confusão do critério atividade-meio e atividade-fim e o limite do concurso público .....	152
6	O limite e o fundamento da terceirização nas atividades administrativas .....	154
7	Conclusões .....	157

#### Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: artigos 33 e 78, este último introduzido pela Emenda nº 30/2000

<b>Lúcia Valle Figueiredo</b> .....	161	
1	A Constituição de 1988 como ato originário .....	161
2	As emendas constitucionais e suas limitações .....	162

3	Os artigos 33 e 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	164
4	A coisa julgada como direito fundamental e norma de sobredireito, princípio fundamental do Estado Democrático de Direito.....	167
5	O direito adquirido ao cumprimento da coisa julgada .....	169
6	A decisão do Supremo Tribunal Federal ao julgar o artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 .....	171
7	Os “juros legais” mencionados no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	173
8	A coisa julgada e a correção monetária em face do artigo 78, resultante de emenda à Constituição .....	174

## A responsabilidade pessoal do parecerista público em quatro *standards*

<b>José Vicente Santos de Mendonça</b> .....	177
I Colocação do problema .....	177
II Algumas decisões relevantes .....	178
III Primeiro <i>standard</i> : o dolo.....	186
IV Segundo <i>standard</i> : o erro evidente e inescusável .....	186
V Terceiro <i>standard</i> : a não adoção de condicionantes reais de cautela.....	189
VI Quarto <i>standard</i> : a necessidade de preservação da heterogeneidade de ideias.....	191
VII Proposições objetivas .....	197

## JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

### Acórdão na Íntegra

#### Supremo Tribunal Federal

HC – Trancimento de ação penal – Falta de justa causa – Existência de suporte probatório mínimo – Reexame de fatos e provas – Inadmissibilidade – Possibilidade de investigação pelo Ministério Público – Delitos praticados por policiais – Ordem denegada. Habeas Corpus nº 91.661-9/PE .....	203
---	-----

#### Supremo Tribunal Federal

Elaboração de lista tríplice – Preenchimento de vaga destinada aos advogados no STJ – Dever-poder do Tribunal Superior – Rejeição de lista sêxtupla – Possibilidade – Hipótese diversa da prevista constitucionalmente – Recurso improvido. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 27.920/DF.....	211
---	-----

<b>Índice</b> .....	243
---------------------	-----

<b>Instruções para os autores</b> .....	247
---	-----



# REVISTA CEJ

ISSN 1414-008X  
Ano XIII  
jul./set. 2009

Centro de Estudos Judiciários  
do Conselho da Justiça Federal

# 46

**A retenção de imposto de renda nos casos de rendimentos pagos, acumuladamente e em atraso, em cumprimento de decisão judicial.**

**Mercosul: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, perspectivas de sua evolução.**

**Auxílio-reclusão: inconstitucionalidade do requisito baixa renda.**

# SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XIII, n. 46, jul./set. 2009

- DIREITO TRIBUTÁRIO** **4** A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS CASOS DE RENDIMENTOS PAGOS, ACUMULADAMENTE E EM ATRASO, EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL  
*The withholding of income tax levied on payment-delayed and accrued earnings resulting from the enforcement of a ruling*  
Flávio da Silva Andrade
- 11** A (IM)POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DE OFÍCIO DA PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA  
*The (im)possibility of ex officio recognition of the statutory limitation for tax claims*  
Ana Lúcia dos Santos
- DIREITO INTERNACIONAL** **21** MERCOSUL: SURGIMENTO, ESTRUTURA, DIREITOS SOCIAIS, RELAÇÃO COM A UNASUL, PERSPECTIVAS DE SUA EVOLUÇÃO  
*Mercosur: its emergence, framework, social rights, connection with Unasul, evolution perspectives*  
José Soares Filho
- 39** BIOCOMBUSTÍVEIS BRASILEIROS E O MERCADO INTERNACIONAL: desafios e oportunidades  
*Brazilian biofuels and the international market: challenges and opportunities*  
Luizella Giardino Barbosa Branco
- DIREITO PROCESSUAL PENAL** **49** O JUIZ E A PROVA NO PROCESSO PENAL, SOB O FOCO DA LEI N. 11.690/2008  
*The judge and the evidence in criminal procedure, under Law No.11.690/2008*  
Ivan Lira de Carvalho
- 55** A PRISÃO TEMPORÁRIA E A JUSTIÇA FEDERAL  
*Preventive custody and Brazilian Federal Justice*  
Ricardo Ribeiro Campos
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO** **62** AUXÍLIO-RECLUSÃO: INCONSTITUCIONALIDADE DO REQUISITO BAIXA RENDA  
*Inmate's family (financial) support: the unconstitutionality of the low income requirement*  
Daniel Raupp
- DIREITO COMPARADO** **71** APONTAMENTOS SOBRE AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DO DIREITO SOB A PERSPECTIVA DA COMMON LAW E DO SISTEMA ROMANÍSTICO  
*Notes on the similarities and differences between both common and civil law systems*  
Douglas Camarinha Gonzales
- FILOSOFIA DO DIREITO** **78** A RUPTURA DO PARADIGMA CARTESIANO E ALGUNS DOS SEUS REFLEXOS JURÍDICOS  
*The severance of the Cartesian approach and some legal consequences thereof*  
Fábio Roque da Silva Araújo
- SOCIOLOGIA DO DIREITO** **87** ANÁLISE DA INTER-RELAÇÃO DO SUBSISTEMA MEDIÁTICO E DO SUBSISTEMA DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL – UMA ABORDAGEM CRÍTICA  
*Assessment of the connection between media and Criminal Law/ Criminal Procedural Law subsystem: a critical approach*  
Artur César de Souza
- DIREITO CONSTITUCIONAL** **113** A SEGURANÇA JURÍDICA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA E SUA INTERFACE COM O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO À CONFIANÇA  
*Legal security regarding tax issues and its interface with the principle of trust protection*  
Sayonara de Medeiros Cavalcante
- 120** A HORA E A VEZ DA CONCILIAÇÃO  
*Time for conciliation*  
Anderson Mendes
- 124** DIES A QUO PARA A INCIDÊNCIA DA TAXA SELIC E MULTA: uma leitura constitucional  
*A constitutional reading of the dies a quo for the application of the selic rate and the penalty tax*  
Tereza Aparecida Asta Gemignani
- INDICAÇÕES LITERÁRIAS** **130** EFICÁCIA DAS DECISÕES DO STF EM ADIN E ADC: EFEITO VINCULANTE, COISA JULGADA ERGA OMNES E EFICÁCIA ERGA OMNES  
*Por Ives Gandra da Silva Martins*
- PRIMEIRAS LINHAS DO DIREITO PENAL: PARTE GERAL – FUNDAMENTOS E TEORIA DA LEI PENAL  
*Por Geraldo Magela e Silva Meneses*

# ABRAME



Número 11 - 2009

## V CONGRESSO BRASILEIRO DOS MAGISTRADOS ESPÍRITAS

CAMPO GRANDE - MS





# SUMÁRIO

- ..... **4** **Editorial**  
Dez Anos de ABRAME
- ..... **5** **V Congresso da ABRAME**  
Resumo do V Congresso da ABRAME
- ..... **8** **Assembléia Geral**
- ..... **9** **Fotos do V Congresso Da ABRAME**
- ..... **24** **Depoimento**  
Quanto Vale a Vida de um Filho?
- ..... **26** **Luiz Guilherme Marques**  
Magistrados Conscientes da Nossa Época
- ..... **28** **Justiça Hoje**  
Justiça Estadual Abarrotada
- ..... **29** **Weimar Muniz de Oliveira**  
Consciência Espírita
- ..... **30** **Manuela Hermes De Lima**  
Importância da Reunião De Associações na Formação de Segmentos Organizados na Seara Espírita
- ..... **32** **Justa Homenagem**  
Importante trecho da Rodovia BR-050 recebe o nome de Chico Xavier
- ..... **33** **Na WEB**     • *Sexo Indesejado*  
   • *PRO-LIFE*
- ..... **34** **Durval Rezende**  
Tempo de Paz
- ..... **36** **Programa do V Congresso**
- ..... **38** **Sumário das Teses Apresentadas no V Congresso**

REVISTA DA  
**AGU**

ANO VIII N° 20 - Brasília-DF, abr./jun. 2009

# SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Editorial.....	7

## INSTITUCIONAL

A Importância Institucional da Corregedoria-geral da Advocacia da União no Contexto da Nova Advocacia Pública Federal <i>Aldemario Araujo Castro</i> .....	9
---	---

## ARTIGOS

Palestra - Simpósio Regional de Licitações, Contratos e Controle de Atos Administrativos <i>Ministro José Néri da Silveira</i> .....	29
Do Regime de Concessão do Direito de Superfície <i>Américo Luís Martins da Silva</i> .....	43
A Função Consultiva da Advocacia Geral da União na Prevenção da Corrupção nas Licitações e Contratações Públicas <i>Angélica Moreira Dresch da Silveira</i> .....	79
A Advocacia Pública como Tutora da Ética e do Resguardo dos Direitos Fundamentais <i>Fábio Campelo Conrado de Holanda</i> .....	119
Análise da Aplicação do Postulado da Proporcionalidade no Supremo Tribunal Federal <i>Gabriela Mansur Soares, Mariano Henrique Maurício de Campos</i> .....	155
A União na Ação Popular: Facultatividade da Intervenção e Escolha do Pólo de Atuação <i>Homero Andretta Junior</i> .....	169
O Interesse de Agir na Postulação Judicial de Benefícios Previdenciários <i>Jone Fagner Rafael Maciel</i> .....	191
Do Prazo Prescricional para o Ajuizamento de Ação Civil Pública <i>Lucio Picanço Facci</i> .....	217

O O Efeito “carona” no Sistema de Registro de Preços <i>Luiz Antonio Miranda Amorim Silva</i> .....	245
Uma Reflexão sobre o Pagamento Intempestivo <i>Marcelo Jatobá Lôbo</i> .....	269
O Fornecimento de Medicamentos pelo Estado: Considerações à Luz do Klaus Günther <i>Marcos César Botelho</i> .....	286
Abandono de Cargo e Prescrição: uma Questão Tortuosa <i>Osiris Vargas Pellanda</i> .....	305
Os 40 Anos de Vigência do Código Tributário Nacional e as Dificuldades Técnicas de Instituição e Cobrança da Contribuição de Melhoria <i>Rodrigo Araújo Ribeiro</i> .....	325
A Influência do Pensamento Neoinstitucional nas Reformas do Poder Judiciário Brasileiro (an Analysis Of Current Judicial Reform In Brazil) <i>Rogério Emilio de Andrade</i> .....	339
<b>PARECER</b>	
Solicitação de Medicamento <i>Ciro Carvalho Miranda</i> .....	361
<b>JURISPRUDÊNCIA</b>	
O Indeferimento da Antecipação dos Efeitos da Tutela nas Ações de Saúde <i>Maria Leiliane Xavier Cordeiro</i> .....	381

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME

# DIREITO MILITAR

ISSN 1981-3414

ANO XIII - NÚMERO 79 - SETEMBRO/OUTUBRO 2009



60 AMB  
ANOS

JUSTIÇA PARA UM  
BRASIL MELHOR





## AMAJME

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DAS  
JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS - AMAJME

CNPJ: 65.137.044/0001-03

Declarada de Utilidade Pública Federal

Decreto de 9 de julho de 1997

(D.O.U nº 130,10/07/97)

**Presidente:** Marilza Lúcia Fortes (MS)

**Vice-Presidentes Regionais:**

**Centro-Oeste,** Lúcia Peruffo (MT)

**Nordeste,** Ricardo Vital de Almeida (PB)

**Norte,** José Roberto Pinheiro

Maia Bezerra Júnior (PA)

**Sudeste,** Fernando Pereira (SP)

**Sul,** Francisco José de Moura Muller (RS).

**Secretário Executivo** – Zildo Luiz de Souza

**Sede atual:**

Av. Osmar Cunha, 183 Ed. Ceisa Center,

Sala 1109, Centro, Florianópolis/SC,

CEP 88015-100 - Telefone (0XX 48 3224.3488

e Fax 3224.3491)

[www.amajme-sc.com.br](http://www.amajme-sc.com.br)

[amajme@amajme-sc.com.br](mailto:amajme@amajme-sc.com.br) e [amajme@uol.com.br](mailto:amajme@uol.com.br)

**PERIODICIDADE**

Bimestral

**PROJETO GRÁFICO**

Consenso Editora

**DISTRIBUIÇÃO**

Magistrados Estaduais e Federais, Militares

Estaduais e Federais, Membros do Ministério

Público, Advogados, Órgãos Públicos,

Entidades de Classe, Faculdades de Direito

e Meios de Comunicação.

**CAPA**

60 Anos da AMB

Associação dos Magistrados Brasileiros

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. É permitida a reprodução desde que citada a fonte.

## NESTA EDIÇÃO

### ENTREVISTA

Nosso entrevistado é o Exmo Sr. **Coronel de Infantaria**

**Diplomado pelo Estado Maior, Bayardo Jose Orozco**

**Vanegas, Auditor Geral do Exército da Nicarágua...** ..... 3

### UMA COMPARAÇÃO DOS DESAFIOS DA JUSTIÇA MILITAR NO DIREITO COMPARADO

Christian Donayre Montesinos ..... 7

### COM A DEVIDA VÊNIA, CRIMINALIZAR O TOLUENO NÃO COLA!

Jorge Cesar de Assis ..... 10

### A DISTINÇÃO ENTRE MILITAR FEDERAL EFETIVO NÃO ESTABILIZADO E TEMPORÁRIO

Luiz Daniel Accioly Bastos ..... 16

### UM TIRO LEGAL...

João Batista Fagundes ..... 23

### JUSTIÇA MILITAR: UM ÓRGÃO ESPECIALIZADO DO JUDICIÁRIO, ESQUECIDO PELO PODER LEGISLATIVO

Luciano Moreira Gorrilhas ..... 25

### JUSTIÇA MILITAR E O ORDENAMENTO JURÍDICO ESTADUAL

Paulo Adib Casseb ..... 29

### AS MAJORANTES DO ROUBO NO CÓDIGO PENAL MILITAR

Ricardo Vergueiro Figueiredo ..... 35

---

# A&C

Revista de Direito Administrativo & Constitucional

---



ISSN 1516-3210

A&C R. de Dir. Administrativo & Constitucional	Belo Horizonte	ano 9	n. 38	p. 1-264	out/dez. 2009
--	----------------	-------	-------	----------	---------------

Editorial .....	9
-----------------	---

## DOCTRINA

### Artigos

#### El acto administrativo como categoría jurídica

<b>José Luis Meilán Gil</b> .....	13
Introducción .....	13
2 Origen del acto administrativo: El primer convencionalismo de la teoría.....	16
3 El acto administrativo en Francia como resultado de la no fiscalización de la Administración por los tribunales ordinarios.....	19
4 El acto administrativo construido a imagen y semejanza de la sentencia .....	21
5 La influencia del Derecho civil.....	22
6 La dispersión doctrinal .....	24
7 Ensayo de reconducción de los elementos esenciales de la categoría jurídica.....	25
7.1 La potestad administrativa .....	26
7.2 Incidencia directa en situaciones jurídicas .....	27
7.3 Acto administrativo y jurisdicción contencioso-administrativa .....	29
7.4 Acto administrativo, actuación administrativa y derechos fundamentales.....	31
7.5 Algunas consecuencias prácticas .....	32
7.6 El acto administrativo como concreción de la norma .....	33
8 Conclusión.....	38

#### Policía y dominio eminente como técnicas de intervención en el Estado preconstitucional

<b>José Luis Carro Fernández-Valmayor</b> .....	39
I Introducción .....	39
II La idea de Policía como técnica de intervención en la esfera de la libertad. Proceso histórico de determinación conceptual de la idea de Policía, la contraposición entre Justizsachen y Polizeisachen. La Policía como "Administración interior" y el bienestar como criterio legitimador. La elaboración dogmática del concepto: una referencia general a la Ciencia de la Policía .....	41
III La doctrina del dominium eminens como técnica de intervención en la esfera de los derechos adquiridos. El pensamiento jurídico medieval como antecedente necesario. Origen iusnaturalista de la doctrina; la causa justificativa de la intervención .....	49
IV La doctrina del Fisco como técnica de protección frente a la intervención. Sentido original del concepto. La interpretación de la doctrina del Fisco por O. Mayer y su escuela. La revisión moderna de la doctrina del Fisco: Bullinger y Rűfner .....	54

A função econômico-social da propriedade: estudos de casos no âmbito dos impactos econômicos das decisões judiciais

<b>Rogério Gesta Leal</b> .....	61
1 Notas introdutórias.....	61
2 Qual a função da propriedade?.....	61
3 As limitações urbanísticas da propriedade no Brasil.....	69
3.1 O caso do Hospital Regional Rede Sarah.....	74
3.2 O caso Loteamento Vista Alegre.....	81
3.3 O caso das multas de trânsito aplicadas em veículos estrangeiros no Rio Grande do Sul.....	85
4 A função social da propriedade rural.....	88
5 A propriedade intelectual e sua proteção judicial.....	91
Referências.....	93

Alteração do contrato administrativo por ato unilateral da Administração

<b>Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz</b> .....	95
--	----

Responsabilidade civil do Estado por atos do Ministério Público

<b>Emerson Gabardo, Nahima Peron Coelho Razuk</b> .....	111
1 O Ministério Público – Aspectos introdutórios.....	111
2 A responsabilidade civil do Estado no Brasil – Proposições operacionais.....	116
3 A responsabilidade civil do Estado por atos do Ministério Público.....	119
Referências.....	127

A construção de uma nova configuração jurídica para o mandado de injunção

<b>Daniel Wunder Hachem</b> .....	129
1 Introdução.....	130
2 Inefetividade dos direitos fundamentais em face das omissões estatais.....	132
3 A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais não regulamentados e o mandado de injunção interpretado pelo STF: <i>morreu na contramão atropalhando o tráfego</i> .....	133
4 A transição paradigmática do Estado Legislativo ao Estado Constitucional: <i>ergueu no patamar quatro paredes sólidas</i> .....	138
4.1 A força normativa e a supremacia da Constituição.....	138
4.2 A jurisdição como meio de proteção e efetivação dos direitos fundamentais.....	140
4.3 A ação como instrumento de realização do direito material.....	141
4.4 O processo civil adequado às diferenciadas formas de tutela do direito material.....	143
5 A mudança de entendimento do STF quanto ao mandado de injunção: <i>atracou a rua com seu passo tímido</i> .....	144
6 A construção de uma nova configuração jurídica para o mandado de injunção: <i>tijolo com tijolo num desenho mágico</i> .....	150
6.1 Tutela jurisdicional pretendida e natureza jurídica da decisão.....	150
6.2 Efeitos da decisão proferida em sede de mandado de injunção.....	154
7 Conclusões.....	161
Referências.....	162

O princípio da igualdade na sociedade brasileira pluralista: a questão das cotas raciais em universidades

<b>Helton Kramer Lustoza</b> .....	167
1 Ações afirmativas como políticas de combate à discriminação racial e a influência do pluralismo jurídico.....	167
2 A dominação baseada no aspecto racial no Brasil.....	172
3 O primado constitucional da igualdade e a questão das cotas raciais no ensino superior: medida política de (des)legitimação constitucional.....	179
Considerações finais.....	188
Referências .....	189

A globalização, o aceleração do processo de exclusão e o caso do sistema das ações afirmativas no ensino superior

<b>Ozias Paese Neves, Laura Garbini Both</b> .....	193
Introdução.....	193
2 A globalização e a exclusão social entre o paradigma moderno e o paradigma de transição.....	194
3 A globalização contra-hegemônica e a superação do modelo moderno de igualdade meramente formal .....	198
4 A releitura paradigmática entre o sistema mundial moderno e o sistema mundial em transição .....	206
5 As ligações entre direito e antropologia: diversidade e universalidade .....	209
6 Considerações finais .....	211
Referências .....	213

O princípio constitucional da moralidade e a participação popular na Administração Pública

<b>Deisemara Turatti Langoski</b> .....	215
1 Introdução.....	215
2 Relevância da moralidade na ação administrativa .....	216
3 A prevalência da cidadania na Administração Pública .....	219
4 Participação popular na Administração Pública.....	221
5 Conclusão.....	226
Referências .....	229

Aplicabilidade das normas constitucionais educacionais brasileiras

<b>Magno Federici Gomes</b> .....	231
1 Introdução.....	231
2 Da aplicabilidade das normas constitucionais .....	235
3 Da garantia institucional .....	238
4 Do ensino superior na Constituição da República de 1988.....	240
5 Do Plano Nacional de Educação .....	246
6 Em síntese .....	247
7 Considerações finais.....	248
Referências .....	251

ISSN 1678-3107

# Revista **de** Direito **UPIS**

2009 v. 07

**A ação civil pública e a questão da prova pré-constituída**  
*João Batista Brito Pereira*

**Diarista: empregado, eventual ou autônomo? O dilema permanente da Justiça do Trabalho.**  
*Manoel Veras Nascimento*

**O direito à vida e as pesquisas com células-tronco**  
*Marco Aurélio Mendes de Farias Mello*

**A importância da aplicação dos princípios informativos nos Juizados Especiais Cíveis para evitar a morosidade processual e possibilitar amplo acesso à Justiça.**  
*Fernanda Santos Sampaio Santoro*

# SUMÁRIO

- 5** Apresentação
- 11** O direito à vida e as pesquisas com células-tronco  
Marco Aurélio Mendes de Farias Mello
- 21** Diarista: empregado, eventual ou autônomo? O dilema permanente da  
Justiça do Trabalho  
Manoel Veras Nascimento
- 43** A ação civil pública e a questão da prova pré-constituída  
João Batista Brito Pereira
- 51** A importância da aplicação dos princípios informativos nos Juizados  
Especiais Cíveis para evitar a morosidade processual e possibilitar amplo  
acesso à Justiça  
Fernanda Santos Sampaio Santoro
- 73** A importância da participação da sociedade civil organizada no processo  
legislativo  
Luciana Matos
- 83** A admissibilidade de gestão da prova por juiz imparcial no sistema  
processual penal acusatório e o artigo 156, inciso I, do Código de Processo  
Penal, em face da Constituição Federal  
Walter Eduardo Maranhão Bressan
- 97** Uma abordagem patriarcal na atividade jurisprudencial à luz das relações  
entre direito e moral  
Alessandra de La Vega Miranda
- 113** Normas para colaboradores

# Revista de Doutrina e Jurisprudência

Maio/Ago.  
2009

90

Tribunal de Justiça  
do Distrito Federal  
e dos Territórios



## SUMÁRIO

### DOCTRINA

A sucessão legítima do cônjuge no Novo Código Civil <i>Wagner Junqueira Prado</i> .....	13
O princípio da cooperação processual e a nova redação do art. 265 do CPP <i>Pedro de Araújo Yung-Tay Neto</i> .....	29

### JURISPRUDÊNCIA

Tribunal de Justiça do Distrito Federal .....	39
---	----

### ÍNDICES

Numérico dos Acórdãos.....	419
Alfabético.....	427

## **Diretores da Revista:**

Andrei Zenkner Schmidt

Felipe Cardoso Moreira de Oliveira

Marco Antônio C. Paixão

## **Conselho Editorial:**

Alexandre Wunderlich (Pontifícia Universidade Católica/RS)

Alvaro Sanchez Bravo (Universidade de Sevilla)

Aury Lopes Jr. (Pontifícia Universidade Católica/RS)

David Sánchez Rúbio (Universidade de Sevilla)

Elizabeth Cancelli (Universidade de Brasília)

Fauzi Hassan Choukr (Universidade de São Paulo)

Gabriel José Chittó Gauer (Pontifícia Universidade Católica/RS)

Geraldo Prado (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Luiz Eduardo Soares (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Rui Cunha Martins (Universidade de Coimbra)

Ruth Maria Chittó Gauer (Pontifícia Universidade Católica/RS)

Salo de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica/RS)

## **Conselho do Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais ([www.itecrs.org](http://www.itecrs.org)):**

Alexandre Wunderlich

Daniel Gerber

Fabio Roberto D'Ávila

Jader da Silveira Marques

Marcelo Machado Bertoluci

Paulo Vinícius Sporleder de Souza

Rodrigo Moraes de Oliveira

Salo de Carvalho

## DOCTRINA NACIONAL

### *Sistema Jurídico Penal e Direitos Humanos*

- 09 A Anarquia das Convicções  
*(René Ariel Dotti)*
- 23 Resistência Já! Contra a Naturalização das Coisas  
*(Ruben Rockenbach Manente)*

### *Sistema Jurídico Penal e Controle Social*

- 49 Direito e Controle Social: Elementos para uma  
Abordagem Sociológica do Campo do Controle do Crime  
*(Rodrigo Gbiringhelli de Azevedo)*
- 69 Acrescentando Complexidade ao Sistema Jurídico:  
É Possível Abrir um Meretrício no Brasil ?  
(Ou de Como Conseguir *Order from Noise* para o Direito)  
*(Germano Schwartz)*
- 85 Filtragem Étnico-Racial no Funcionamento da Justiça Criminal  
*(Fábio Félix Ferreira e Húndira Souza da Cunha)*
- 101 O Sistema Penal e as Versões do Pluralismo Jurídico no Brasil  
*(Camila Cardoso de Mello Prando e Thiago Fabres de Carvalho)*

### *Sistema Jurídico Penal e Processo*

- 121 A Citação por Hora Certa no Processo Penal  
*(André Machado Maya e Nereu José Giacomolli)*
- 141 Os Controles de Racionalidade na Valoração da  
Prova no Processo Penal  
*(Guilherme Freitas Amorim)*

# Revista do INSTITUTO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO

Nova Série Ano 12 • n. 24 • jul.-dez. / 2009

*Publicação oficial do*  
Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP

Repertório de Jurisprudência autorizado  
pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL  
da 5.<sup>a</sup> Região.

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

APRESENTAÇÃO .....	3
<b>I. DOCTRINA NACIONAL</b>	
1. <i>Recall</i> e a defesa dos consumidores AFRANIO AFFONSO FERREIRA NETO E MARCELO DÓRIA.....	9
2. Biotecnologia e fragilidade normativa ante a biopirataria ANTONIO BAPTISTA GONÇALVES.....	23
3. O Código de Defesa do Consumidor e o agronegócio. A incompatibilidade na aplicação em transações não bancárias ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA FREITAS .....	51
4. Conceitos para a valoração do dano moral, inclusive para fins do Código de Defesa do Consumidor ANTONIO CELSO PINHEIRO FRANCO E JOSÉ ROBERTO PINHEIRO FRANCO .....	66
5. Reflexões sobre a responsabilidade do comerciante face ao consumidor e a vedação da denunciação da lide nas ações envolvendo relações de consumo, inclusive nos Juizados Especiais Cíveis ASDRUBAL FRANCO NASCIMBENI .....	76
6. Direito como ciência e a teoria da interpretação em Hans Kelsen CAROLINA LEISTER E JOSÉ RAYMUNDO NOVAES CHIAPPIN.....	95
7. Breves considerações sobre as relações de consumo em massa e sua defesa coletiva em juízo IVANDICK RODRIGUES DOS SANTOS JR. ....	120

8. A política nacional de relações de consumo e a presença do Estado na relação de consumo JERÔNIMO ROMANELLO NETO.....	149
9. A responsabilidade civil objetiva no Código de Defesa do Consumidor: um outro ponto de vista JOSÉ LUIZ PIRES DE OLIVEIRA DIAS E PATRÍCIA PONTES PASSARELLI PRADO.....	162
10. A inclusão do diretor ou gerente no pólo passivo da execução fiscal e o processo administrativo tributário LEONEL CESARINO PESSOA.....	171
11. A prestação de serviço e o Código do Consumidor LESLIE AMENDOLARA.....	180
12. Bem de família e o direito falimentar. Da correta aplicação da disregard doctrine e a sua banalização no direito do consumidor LUIZ ANTONIO GUERRA.....	191
13. O Código de Defesa do Consumidor e as cláusulas abusivas nos contratos MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES.....	232
14. Código de Defesa do Consumidor: lesividade e fragmentariedade penal? RICARDO ALVES BENTO.....	241
15. Breves considerações acerca da inocorrência de sucessão trabalhista no âmbito da recuperação de empresas RUDI ALBERTO LEHMANN JR.....	255
16. Negativação do garantidor no banco de dados ZELMO DENARI.....	266

## II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Le droit français et européen de la consommation VINCENT LAMANDA.....	275
2. Le droit français du crédit à la consommation VINCENT VIGNEAU.....	295

### III. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. Brevíssimas notas sobre a aplicação da Convenção de Varsóvia-Montreal (e não do Código de Defesa do Consumidor) no transporte internacional aéreo de cargas, inclusive para fins de limitação da responsabilidade indenizatória do transportador  
ANTONIO DE PÁDUA SOUBHIE NOGUEIRA..... 327
2. A aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor nas relações de consumo originadas no Twitter  
ANTONIO PENTEADO MENDONÇA, ANDRÉ LUIS COENTRO DE ALMEIDA, ARMANDO V. MESQUITA CHAR, DANILO LEME CRESPO EDUARDO VIEIRA DE CARVALHO NETO, JULIANA ALMEIDA DE OLIVEIRA, MARCOS NAKAMURA, NATÁLIA VELASQUES SANCHES, SILVANIA VIEIRA ..... 339
3. Liminares em ações civis públicas sem a prévia oitiva do fornecedor: risco para a sociedade  
LUIZ VIRGÍLIO MANENTE ..... 349
4. Observações sobre a influência do Código de Defesa do Consumidor nos contratos de aquisição de bens imóveis  
MARCELO MANHÃES DE ALMEIDA ..... 354
5. Serviços de acesso rápido à Internet e Código de Defesa do Consumidor: algumas breves considerações  
MAURICIO SCHAUN JALIL..... 361
6. Código da cidadania  
RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA..... 370

CONSELHOS DO IASP..... 375

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA OS AUTORES ..... 379

ISSN 0034-9275

# REVISTA DOS TRIBUNAIS

---

Ano 98 • volume 890 • dezembro 2009 • p. 1-816



## FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

### DOCTRINA CIVIL

#### Primeira Seção

Da análise da Súmula vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal: alcance, precedentes e motivos determinantes da norma que veda a prática do nepotismo no Brasil

GEORGE FELÍCIO GOMES DE OLIVEIRA ..... 9

#### Segunda Seção

Empresa público-privada

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO ..... 33

Uma breve análise da fundamentação dos direitos humanos: universalismo e/ou relativismo cultural

PEDRO SCALCO ..... 69

#### Terceira Seção

Uma teoria do fomento público: critérios em prol de um fomento público democrático, eficiente e não-paternalista

JOSÉ VICENTE SANTOS DE MENDONÇA ..... 80

### TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS CIVIS

1. Jurisprudência Seleccionada ..... 141

**Publicação Oficial**

1. Supremo Tribunal Federal .....	147
2. Superior Tribunal de Justiça .....	181
3. Tribunal de Justiça de São Paulo .....	232
4. Justiça dos Estados .....	262
Tribunal de Justiça do Acre .....	262
Tribunal de Justiça de Alagoas .....	267
Tribunal de Justiça da Bahia .....	270
Tribunal de Justiça do Ceará .....	274
Tribunal de Justiça do Distrito Federal .....	278
Tribunal de Justiça de Goiás .....	286
Tribunal de Justiça do Maranhão .....	290
Tribunal de Justiça de Mato Grosso .....	294
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul .....	299
Tribunal de Justiça de Minas Gerais .....	304
Tribunal de Justiça do Pará .....	316
Tribunal de Justiça do Paraná .....	321
Tribunal de Justiça de Pernambuco .....	323
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro .....	325
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte .....	334
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul .....	337
Tribunal de Justiça de Rondônia .....	345
Tribunal de Justiça de Roraima .....	352
Tribunal de Justiça de Santa Catarina .....	358
5. Tribunais Regionais Federais .....	364
1.ª Região .....	364
2.ª Região .....	373
4.ª Região .....	382
5.ª Região .....	397

## FASCÍCULO 2 – MATÉRIA PENAL

### DOCTRINA PENAL

#### Primeira Seção

Crime organizado e sistema jurídico brasileiro: a questão da conformação típica

LUIZ REGIS PRADO E BRUNA AZEVEDO DE CASTRO ..... 409

#### Segunda Seção

Violações a princípios constitucionais e penais na legislação de combate à pornografia infantil

ALEXANDRE ASSUNÇÃO E SILVA ..... 444

#### Terceira Seção

O Supremo Tribunal Federal, o HC 81.611-8/DF e a inconstitucionalidade não declarada: prejuízo ao contribuinte e à ordem tributária

ANDERSON LODETTI CUNHA DE OLIVEIRA ..... 471

### JURISPRUDÊNCIA GERAL PENAL

#### Publicação Oficial

1.Supremo Tribunal Federal ..... 497

2.Superior Tribunal de Justiça ..... 544

3. Tribunal de Justiça de São Paulo .....	592
4. Justiça dos Estados.....	622
Tribunal de Justiça do Acre.....	622
Tribunal de Justiça de Alagoas .....	625
Tribunal de Justiça da Bahia .....	629
Tribunal de Justiça do Distrito Federal .....	634
Tribunal de Justiça do Espírito Santo.....	641
Tribunal de Justiça de Goiás .....	645
Tribunal de Justiça do Maranhão .....	648
Tribunal de Justiça de Mato Grosso .....	651
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.....	655
Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	658
Tribunal de Justiça do Paraná.....	667
Tribunal de Justiça de Pernambuco.....	675
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro .....	681
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte .....	697
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul .....	705
Tribunal de Justiça de Rondônia .....	710
Tribunal de Justiça de Roraima .....	714
Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	721
5. Tribunais Regionais Federais.....	727
1.ª Região.....	727
2.ª Região.....	738
4.ª Região.....	750
5.ª Região.....	755
6. Tribunal de Justiça Militar de São Paulo .....	759

## ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Matéria Civil.....	769
Matéria Penal .....	795
Normas de publicação para os autores .....	815

REVISTA JURÍDICA  
EMPRESARIAL

---

ANO II – SETEMBRO/OUTUBRO DE 2009 – Nº10

# SUMÁRIO

---

## 07 *Editorial*

### *Doutrina Nacional*

- 11 José Augusto Delgado  
*(Empresas Nacionais com Capital Controlado por Empresas Estrangeiras e Aquisição de Terras para Fins de Exploração Agrícola e Pecuária. Aspectos Controvertidos. Análise da Legislação)*
- 109 Wilson Alexandre Barufaldi  
*(O Princípio da Preservação da Empresa na Recuperação Judicial: Conteúdo e Deveres de Medida)*
- 155 Luiz Gonzaga Silva Adolfo e Leonardo Machado Cusato  
*(As Marcas, o Direito Econômico e a Teoria dos Jogos: Uma Tentativa de Aproximação entre Visões Liberal e Social)*
- 177 Carlos Eduardo Cabral Beloti  
*(Recuperação Extrajudicial: Comentários aos Artigos 161 a 167 da Lei nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005)*

### *Doutrina Estrangeira*

- 201 Giuseppe Vettori  
*(O Dano Extrapatrimonial: Entre Ilícito e Contrato)*

### *Parecer*

- 219 Ives Gandra da Silva Martins  
*(Lei Municipal de 1993 que Autoriza Recolhimento do ISS para as Sociedades Cívis Constituídas Exclusivamente por Profissionais Liberais com Base em Alíquota Fixa – Autuação, Considerada Improcedente e Transitada em Julgado Administrativamente - Alteração do Regime Jurídico em 2000 – Anulação do Julgamento Mediante Atribuição de Efeito Retroativo à Nova Lei – Renovação do Processo Violação dos Artigos 150, Inciso III, Letra A e 5º, Inciso XXXVI, da Constituição Federal – Assim Como do Artigo 146 do Código Tributário Nacional (Parecer))*

## *Novidades Empresariais*

257 Notícias Seleccionadas pelo Editor

## *Jurisprudência Comentada*

263 Estudo de Caso: Uma Alternativa Processual aos Pedidos de Recuperação Judicial Contra Créditos Quirografários  
*(jurisprudência comentada por Eduardo de Avelar Lamy e Felipe Lollato)*

## *Jurisprudência*

281 Supremo Tribunal Federal

289 Tribunal Superior do Trabalho

293 Superior Tribunal de Justiça

305 Superior Tribunal de Justiça

311 Superior Tribunal de Justiça

317 Superior Tribunal de Justiça

323 Superior Tribunal de Justiça

327 Ementário

365 *Sinopse de Mudanças Legislativas*  
*(Legislação Relevante de Setembro, Outubro e Novembro de 2009)*

367 *Índice Alfabético - Remissivo*

REVISTA JURÍDICA  
EMPRESARIAL

---

ANO 2 – NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2009 – Nº11



# SUMÁRIO

---

## 07 *Editorial*

### *Doutrina Nacional*

- 11 Alberto Fett  
*(O Contrato de Incorporação Imobiliária e o Patrimônio de Afetação: Um Esforço para a Concretização do Direito Constitucional à Moradia)*
- 49 Leandro do Amaral D. de Dorneles  
*(O Direito das Relações Coletivas de Trabalho e Seus Princípios Fundamentais: A Liberdade Associativa Laboral)*
- 77 Ricardo Ehrensperger Ramos  
*(Apontamentos ao Contrato de Administração de Valores Mobiliários Sob a Óptica do Pequeno Investidor)*
- 107 Natália Taves Pires, João Carlos Leal Júnior, Bruna Mozini Godoy e Janaina Lumy Hamdan  
*(Dos Efeitos da Sentença Decretatória de Falência)*
- 123 Gustavo Filipe Barbosa Garcia  
*(Meio Ambiente do Trabalho e Direitos Fundamentais: Responsabilidade Civil do Empregador por Acidentes do Trabalho, Doenças Ocupacionais e Danos Ambientais)*
- 145 Guilherme Athayde Porto  
*(O Contrato Atípico de Patrocínio: Princípios e Possibilidades Negociais)*
- 181 Guilherme Puchalski Teixeira  
*(Do Consórcio Entre Sociedades: Arts. 278 e 279 da Lei 6.404/76)*

### *Doutrina Estrangeira*

- 235 Luiz Afrânio Araujo  
*(Stock Option Plans: Finding a Better Standard to Implement the Benefit (Independent Research Paper Professor Lynn Stout))*

## *Parecer*

- 253 Raphael Manhães Martins  
*(Transformação de Sociedade Anônima em Limitada –  
Publicação dos Documentos Obrigatórios – Registro na  
Junta Comercial – Responsabilidade dos Administradores)*

## *Atualidades Empresariais*

- 263 Notícias Seleccionadas pelo Editor

## *Jurisprudência*

- 271 Supremo Tribunal Federal
- 295 Tribunal Superior do Trabalho
- 297 Tribunal Superior do Trabalho
- 303 Tribunal Superior do Trabalho
- 309 Tribunal Superior do Trabalho
- 315 Tribunal Superior do Trabalho
- 321 Tribunal de Justiça de São Paulo
- 331 Ementário
- 339 *Sinopse de Mudanças Legislativas*  
*(Legislação Relevante de Novembro a Dezembro de 2009)*
- 345 *Índice Alfabético - Remissivo*

# Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

---

Ano VI

Número 32

---

Repositório Autorizado de Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007

Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

# Sumário

## Doutrina

1. Crime Ambiental: a Incidência do Princípio da Insignificância  
*Renato Marcão* ..... 5
2. Reincidência: uma Agravante Não Recepcionada  
*Jorge de Oliveira Vargas e Felipe Heringer Roxo da Motta* ..... 10
3. Embriaguez ao Volante (Artigo 306 do CTB): um Erro Atrás do Outro  
*Luiz Flávio Gomes* ..... 27
4. Poder Investigatório do Ministério Público  
*Fernando de Almeida Pedroso* ..... 30
5. Testemunhas de Jeová: Transfusão de Sangue, Omissão de Socorro e Constrangimento Ilegal – Autorização Judicial  
*Geraldo Batista de Siqueira, Marina da Silva Siqueira e Benedito Xavier Torres* ..... 36
6. Estupro Comum e a Figura do Estupro de Pessoa Vulnerável: Novo Tipo Penal Unificado  
*João José Leal e Rodrigo José Leal* ..... 52
7. Identificação Criminal: Novos Contornos  
*Fabiano Pimentel* ..... 78
8. A (In)Constitucionalidade do Decreto que Permite o Abate de Aeronaves  
*Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso* ..... 84

## Em Evidência

1. Mandado de Segurança em Matéria Criminal: Lei nº 12.016/09  
*Rômulo de Andrade Moreira* ..... 88

## Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Prescrição. Exclusão de Qualificadora em Acórdão Confirmatório da Sentença de Pronúncia. Contagem do Prazo  
*Rel. Min. Eros Grau* ..... 107
2. Superior Tribunal de Justiça – Estupro. Violência Presumida. Vítima Menor de 14 Anos. Consentimento. Irrelevância. Revogação pela Lei nº 12.015/09. *Novatio Legis in Pejus. Abolitio Criminis Inexistente*  
*Rel.ª Min.ª Laurita Vaz* ..... 111
3. Superior Tribunal de Justiça – Crime Ambiental. Responsabilização Exclusiva da Pessoa Jurídica. Impossibilidade. Necessidade de Figuração da Pessoa Física no Polo Passivo da Demanda  
*Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima* ..... 115

4. Superior Tribunal de Justiça – Revisão Criminal. Julgamento Anterior à Vigência da Lei nº 11.689/08. Protesto por Novo Júri. Admissibilidade de Novo Julgamento <i>Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Laurita Vaz</i> .....	120
5. Tribunal Regional Federal da 5ª Região – Prestar Declaração Falsa à Autoridade Fazendária com o Fim de Suprimir Tributo. Distinção entre Prisão Civil por Dívida e Prisão Resultante de Condenação Penal <i>Rel. Des. Fed. Lázaro Guimarães</i> .....	126
6. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Violência Doméstica. Medidas Protetivas. Limitação dos Direitos da Mulher. Constrangimento Ilegal. Inexistência <i>Rel. Des. Newton Brasil de Leão</i> .....	131
7. Tribunal de Justiça de São Paulo – Exceção da Verdade. Meio de Defesa. Rejeição Liminar. Descabimento <i>Rel. Des. Palma Bisson</i> .....	134
8. Divergência Jurisprudencial .....	140
9. Ementário .....	141
Sinopse Legislativa .....	162
Destaques dos Volumes Anteriores .....	163
Índice Alfabético-Remissivo .....	164

# Revista

## TRIBUTÁRIA

### e de finanças públicas

Ano 17 • n. 89 • nov.-dez./ 2009

*Coordenador-geral*

**EDVALDO PEREIRA DE BRITO**

*Coordenador de Jurisprudência*

**MARCELO CAMPOS**

*Publicação oficial da*

Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT

Repertório autorizado de Jurisprudência pelo Supremo Tribunal Federal, sob o n. 33/01, de 13.11.2001, e pelo Superior Tribunal de Justiça, Portaria 6, de 11.06.2001 (*DJU* 19.06.2001), pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Portaria COJUD 2, de 21.03.2003 (*DJU* 25.03.2003), Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Portaria 311, de 15.12.1998, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Portaria 1, de 24.02.2003 (*DJU* 20.03.2003), e pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Despacho de 07.08.2003 (*DJU* 15.08.2003).

**EDITORA**   
**REVISTA DOS TRIBUNAIS**

## I. DOCTRINA NACIONAL

1. Imposto de renda e capacidade contributiva: uma revisão necessária  
ALBINO JOAQUIM PIMENTA DA CUNHA ..... 11
2. Foro cobrado no regime enfitêutico da União Federal  
ALEXANDRE S. PACHECO ..... 36
3. A (desnecessidade de) constituição do crédito tributário no crime de descaminho  
BRUNO TORRANO AMORIM DE ALMEIDA ..... 71
4. O postulado da proporcionalidade na tributação indutora: aplicação e efetividade na defesa do meio ambiente  
FERNANDA ESTIMA BORBA E VLADIMIR DA ROCHA FRANÇA ..... 102
5. A sociedade empresária como instrumento de simulação em detrimento do crédito tributário e o parágrafo único do art. 116 do CTN  
FLÁVIA ALMEIDA PITA ..... 126
6. Aspectos doutrinários e jurisprudenciais das limitações ao poder de tributar  
JULIO PINHEIRO FARO HOMEM DE SIQUEIRA ..... 160
7. A correta incidência tributária do imposto de renda e proventos de qualquer natureza nas relações de trabalho  
LUCIANO DE ALMEIDA PEREIRA ..... 199
8. Proposta teórico-propositiva de legitimidade na mecânica fiscal-previdenciária: a técnica da revalorização implícita e da procedimentalização do subsistema tributário trabalhista  
LUCIANO MARINHO DE BARROS E SOUZA FILHO ..... 218
9. A inconstitucionalidade da exigência de ISS sobre as incorporações imobiliárias

MARCIO BROTTTO DE BARROS E CLÁUDIO DE OLIVEIRA SANTOS COLNAGO .....	238
--	-----

10. Compensações financeiras, participações e outras cobranças estatais sobre empresas dos setores de mineração, energia, petróleo e gás RODRIGO CARAMORI PETRY .....	253
11. Processo administrativo tributário. O sistema recursal vigente no Município de São Paulo SÉRGIO LUÍS PETRASSO CORRÊA .....	276
12. Sanções políticas e inconstitucionalidade do art. 47, I, da Lei 8.212/1991 que exige certidão negativa de débitos para os atos que especifica SÉRGIO MASSARU TAKOI .....	305

## II. DOUTRINA INTERNACIONAL

1. Raízes históricas do castigo na análise económica: ensaio de uma prelecção com recurso a <i>O jogador</i> de Dostoievski PAULO REIS MOURÃO .....	323
--	-----

## III. PARECERES

1. Imposto de importação. Malte de cevada e lúpulo em flor seco para fabricação de bebidas alcoólicas na Zona Franca de Manaus JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO .....	335
---	-----

## IV. JURISPRUDÊNCIA NDASH TRF NDASH 1.ª TRG.

1. Supremo Tribunal Federal PRECATÓRIO JUDICIAL – Fazenda Pública – Ordem de pagamento derivada de sentença concessiva de mandado de segurança – Irrelevância – Adimplemento que também está sujeito ao sistema de precatórios estabelecido na Constituição Federal de 1988. – STF – AgRg no AgIn 712.216-2/SP – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Ricardo Lewandowski .....	345
---	-----



ISS – Pretendido reconhecimento da ilegalidade da cobrança do imposto em sede de recurso extraordinário – Inadmissibilidade – Questão que envolve análise da legislação infraconstitucional e reexame de provas, incompatíveis com o rito do apelo extremo – Aplicação da Súmula 279 do STF. – STF – AgRg no AgIn 759.801-9/RS – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Cármen Lúcia .....

347

TAXA – Meio ambiente – Autorização para queimada controlada – Legalidade da cobrança – Exação derivada do regular exercício do poder de polícia atribuído ao Ibama no controle de atividades nocivas ao meio ambiente. TAXA – Meio ambiente – Autorização para queimada controlada – Exação que utiliza para a apuração do montante devido, um ou mais elementos que compõe a base de cálculo própria de determinado tributo – Admissibilidade, desde que não se verifique identidade integral entre as referidas bases de cálculo. – STF – AgRg no RE 503.350-3/AL – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Ricardo Lewandowski .....

351

## 2. Superior Tribunal de Justiça

PENHORA – Impenhorabilidade – Ocorrência – Execução fiscal – Constrição incidente sobre dinheiro aplicado em caderneta de poupança – Inadmissibilidade – Aplicação vinculada à aquisição de imóvel residencial caracterizado como bem de família. – STJ – REsp 707.623/RS – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. Herman Benjamin .....

355

IPI – Selo de controle – Taxa ou preço público – Caracterização – Estampilha que tem natureza de obrigação acessória, visando facilitar a fiscalização e a arrecadação do tributo – Cobrança pela confecção e fornecimento dos selos que representa simples ressarcimento aos cofres públicos do custo do serviço – Inteligência do art. 113, § 2.º, do CTN e do Dec.-lei 1.437/1975. ICMS – Base de cálculo – Inclusão do custo com a aquisição de selos de controle de IPI – Admissibilidade – Operação que integra o preço final

da mercadoria comercializada – Inteligência do art. 13, § 1.º, da LC 87/1996. – STJ – REsp 732.617/MG – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Teori Albino Zavascki .....	358
CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Extinção – Inocorrência – Pedido de compensação pendente de julgamento administrativo – Questão insuscetível de análise em sede de recurso especial por envolver o revolvimento de matéria fático-probatória – Aplicação da Súmula 7 do STJ. – STJ – EDcl no REsp 1.080.352/SP – Segredo de Justiça – v.u. – rel. Min. Benedito Gonçalves .....	365
3. Tribunal Regional Federal da 1.ª Região	
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – Cooperativa – Associados que somente poderão ser responsabilizados subsidiariamente se houver prova inconteste de que tenham, de alguma forma, contribuído para a formação do débito tributário – Inteligência dos arts. 134, VII e 135 do CTN. – TRF-1.ª Reg. – ApCiv 1998.38.03.002707-6/MG – 7.ª T. – m.v. – rel. conv. Juiz Federal Francisco Renato Codevila Pinheiro Filho .....	372
PENHORA ON-LINE – Execução fiscal – Construção incidente sobre conta-corrente em que há depósitos de proventos de aposentadoria – Inadmissibilidade – Impenhorabilidade de salários – Inteligência do art. 649, IV, do CPC. – TRF-1.ª Reg. – Agravo interno no AgIn 2009.01.00.034911-4/RR – 7.ª T. – v.u. – rel. Des. Luciano Tolentino Amaral .....	374
4. Tribunal de Justiça da Bahia	
ICMS – Não incidência – Importação de equipamento para integrar o ativo fixo de empresa que não é contribuinte habitual do imposto – Observância ao princípio da não cumulatividade. – TJBA – ApCiv 46927-4/2005 – 5.ª Câm. Civ. – v.u. – rel. Des. Lícia Carvalho L. de Castro .....	379
EXECUÇÃO FISCAL – Prescrição intercorrente – Decretação de ofício – Admissibilidade desde que o	

processo esteja suspenso e arquivado e a Fazenda Pública seja previamente intimada da decisão – Inteligência do art. 40, § 4.º, da Lei 6.830/1980. – TJBA – ApCiv 46.361-4/2008 – 1.ª Câm. Civ. – v.u. – rel. Des. Sara Silva de Brito .....	381
--	-----

## V. NOTAS

1. IFA – International Fiscal Association. Vancouver, Canadá, 2009. 63.º Congresso	
AGOSTINHO TOFFOLI TAVOLARO .....	389

MEMBROS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO.....	395
---	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	397
--	-----